



Relações Públicas Comunitárias: Seu Papel Na Emancipação Política Da Associação Dos Grupos De Agricultura Ecológica São Francisco De Assis¹

Denner Mariano de Almeida²
Celsi Bronstrup Silvestrin³
Universidade Federal do Paraná

Resumo

Os movimentos sociais brasileiros têm se utilizado cada vez mais dos processos de comunicação como ferramenta essencial para construir sua autonomia e emancipação social. Entretanto, poucas experiências conseguem ser reveladas ou mesmo alcançar relevância científica, ao passo que são desvalorizadas pelos paradigmas científicos atuais. Este estudo procura apontar o papel das relações públicas na construção da emancipação política da "Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica São Francisco de Assis" – Irati/PR – e mostrar, dentro da perspectiva dialógica freireana, como as relações públicas podem trabalhar no processo de formação de sujeitos sociais, inclusive os coletivos, dentro dos movimentos sociais do campo, valorizando as questões culturais e sócio-organizativas camponesas.

Palavras-chave

Autonomia; Emancipação Política; Relações Públicas Comunitárias; Diálogo.

Introdução

Os séculos de dominação desconstruíram a identidade de muitos povos da América Latina, dizimando tantos outros. Esta dominação, que se faz presente desde o período colonial, vem apresentando novas facetas a cada dia, sempre reciclando e potencializando seu poder dominador.

No Brasil, o processo da "Revolução Verde"⁴, iniciado a partir dos anos 1960/70, abalou profundamente a estrutura urbana e rural do país, provocando aumento da concentração de terras, riqueza e intensificação do êxodo rural.

¹ Trabalho apresentado na divisão temática de Relações Públicas e Comunicação Organizacional do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.

² Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas, pela UFPR. Pesquisador do Instituto Equipe de Educadores Populares, de Irati/PR. E-mail: emaildodenner@yahoo.com.br.

³ Orientadora – Docente do Curso de Comunicação Social da UFPR, mestre em Comunicação Social pela UMESP e doutora em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. E-mail: celsi@matrix.com.br.

⁴ Implantação de técnicas de cultivo dos países dominantes, baseadas na mecanização das lavouras e uso intensivo de agrotóxicos, com discurso de se aumentar a produtividade. Teve consequências nefastas, como expulsão de um grande contingente de trabalhadores rurais e degradação ambiental.



No campo, alguns dos movimentos de contraponto foram na direção do resgate dos modos de produção tradicionais. Para efetuar tal mudança, se faz necessário que os principais envolvidos, os camponeses, tomem conhecimento dos processos que acontecem à sua volta e saiam do estado de alienação que lhes é posto pelas classes dominantes. Oprimidos, precisam de estratégias que lhes construam a posição de sujeitos históricos, capazes de efetuar as mudanças necessárias para continuar lutando pela manutenção do seu modo de vida tradicional, articulado com as inovações tecnológicas propostas pela ciência e sem perder sua identidade.

Desta forma, os anos 90, em relação aos movimentos sociais do campo, foram marcados pela fundação de várias organizações, principalmente não-governamentais, com a missão de fortalecer a organização do campesinato e formar as bases de resistência ao modelo posto pela revolução verde.

Para unir forças em sua luta, grupos de famílias camponesas da região Centro-Sul do Paraná formaram a Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica São Francisco de Assis - ASSIS, em 2003. Desde então, a associação vem travando lutas para se estabelecer no cenário político local.

Este trabalho vai analisar o processo de evolução política da ASSIS com apoio do conhecimento acumulado, aportado pelas relações públicas.

Metodologia

Nesta pesquisa, buscamos uma metodologia que proporcionasse desconstruir e reconstruir a realidade, para que possam ser formuladas proposições, concepções e estratégias para a produção de espaços sociais mais democráticos e socialmente justos.

Temos como objetivo apontar novas possibilidades para relações públicas dentro dos movimentos sociais, através da caracterização e análise do processo de construção da emancipação social da Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica São Francisco de Assis. Dentro do processo de emancipação social, pretende-se destacar o papel das relações públicas no processo específico de construção da autonomia e emancipação política da associação.

A ASSIS, sediada em Irati, é uma associação que tem em seu quadro mais de 100 famílias, organizadas em 10 grupos localizados em comunidades rurais de quatro municípios da região centro-sul do Paraná. Tem origem étnica variada e o tamanho médio das propriedades é de 9 ha/família. Desde a sua fundação, vem liderando o



movimento social de contraponto à revolução verde na região, com atuação reconhecida em todos os estados do Sul, bem como em várias outras regiões do país.

Para fins desta pesquisa procedemos um exame documental em todas as atas da associação, desde a data de sua fundação, até atas datadas de 25 de julho de 2008, para que se pudesse observar o a construção da emancipação política da associação através do conteúdo dos documentos. Ao todo foram analisadas atas de 57 reuniões da diretoria e 9 assembléias.

Também foram entrevistadas 25 lideranças, a partir de história oral, e assim revelar mais elementos explicativos para análise e sistematização dos processos políticos vividos pela ASSIS.

O trabalho foi dividido em duas etapas. A primeira consistiu na sistematização dos processos de construção da emancipação política da Associação, com foco no papel das relações públicas, e que teve caráter exploratório. A segunda parte objetivará uma interação maior, onde os agricultores serão apresentados a elementos que lhes dêem possibilidade de compreender o processo de relações públicas e confrontar sua visão com o entendimento dos pesquisadores a respeito dos elementos levantados, de forma que possam estabelecer um padrão próprio de definições, conceitos e aplicação de relações públicas à sua prática.

Aqui temos apresentada a discussão a respeito da primeira etapa, que foi apresentada em forma de monografia para conclusão do curso de bacharelado em Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas, pela Universidade Federal do Paraná.

Referencial Teórico

Paulo Freire mostra, através da obra "Pedagogia do Oprimido" (1987), alternativas que nos permitem tornar capazes de enfrentar o processo histórico de opressão sofrida pelos povos latino-americanos. Seus conceitos de Educação Popular marcaram uma ruptura em relação ao modelo massificador da educação e comunicação proposta em toda a região da América Latina. O fato mais marcante em sua obra é a busca da libertação através do processo dialógico, que ganha novos vieses a partir de seu trabalho. Para que sejam revertidos os quadros de desigualdade social, ele propõe que seja desenvolvida uma consciência crítica através de uma consciência histórica, ou seja, os oprimidos precisam enxergar a realidade como um objeto de investigação



profunda, passível de ser transformada por eles próprios, dando origem à relação chamada de “consciência-mundo”.

No caminho desta tomada de consciência, temos um fator de relevância. O autor nos coloca que não basta a simples consciência, por parte do oprimido, de sua situação em relação ao opressor. Ele tem que compreender a necessidade de exterminar esta dicotomia, trabalhando também para a libertação deste último. Entretanto, a apropriação desta realidade não nos é permitida hoje pela razão funcionalista, que vê "a sociedade como um todo organizado, em que as partes existem para satisfazê-lo, legitimá-lo. Não se questionam as incoerências sociais existentes e suas contradições, que são vistas como 'disfunções' sociais" (CESAR, 2007, p. 80).

Para suprir esta deficiência de paradigma, existem alguns caminhos já apontados na direção de criarmos bases de conhecimento que nasçam da nossa própria realidade, como propõe Santos (2007, p. 59), convocando a criação de uma “nova epistemologia do Sul”. Neste sentido o autor nos propõe um novo paradigma, uma reinvenção da teoria Crítica, ao passo que:

As ciências sociais estão passando por uma crise, porque a meu ver estão constituídas pela modernidade ocidental, por esse contexto de tensão entre regulação e emancipação que deixou de fora as sociedades coloniais, nas quais essa tensão foi substituída pela "alternativa" entre a violência da coerção e a violência da assimilação. Algumas correntes das ciências visaram, sobretudo, a regulação – os estrutural-funcionalistas. Os outros, os marxistas, os críticos, centraram-se na emancipação, mas a idéia foi sempre uma visão eurocêntrica dessa tensão; uma visão, portanto, colonialista. (SANTOS, 2007, p. 19).

Freire (1987) e Santos (2007), juntos também de Martín-Barbero (2008), buscam estabelecer formas de valorização da maneira como nós, latino-americanos, vemos o processo. Nesta perspectiva, Freire afirma que o diálogo é "exigência existencial" e, portanto, "não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco se tornar simples trocas de idéias a serem consumidas pelo permutantes" (FREIRE, 1987, p. 79). Santos faz uma série de críticas ao modelo racional posto pela ciência, que funciona como uma cortina de fumaça para que continue o sistema de exclusão, negando de qualquer forma as possibilidades de emancipação das populações historicamente oprimidas. Para o pesquisador, a razão é "indolente", preguiçosa, pois ela não procura ver "a riqueza inesgotável do mundo". O pesquisador também nos aponta como esta razão se manifesta, explicando que a razão funcional-estruturalista é "metonímica", ou seja, tenta entender o todo considerando apenas uma parte, "porque tem um conceito de totalidade feito de partes homogêneas, e nada do que fica fora dessa



totalidade interessa". A partir disto, reduz nossa concepção do presente, tornando-o fugaz, "deixa de fora muita realidade, muita experiência, e, ao deixá-las de fora, ao torná-las invisíveis, desperdiça a experiência" (SANTOS, 2007, p. 25-26).

As críticas de Santos (2007, p. 38), são materializadas em sua tese de "Sociologia das Ausências", que, em suas próprias palavras, "é um procedimento transgressivo, uma sociologia insurgente para tentar mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não-existente, como uma alternativa não-crível, como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo".

Concordamos com a necessidade de um novo paradigma para as ciências sociais, que fuja do estrutural-funcionalismo e também do esvaziamento da Teoria Crítica transplantada para a América Latina, cuja crítica não se faz profunda a ponto de "colocar em xeque" as raízes da dominação sobre os países latino-americanos, servindo apenas para criticar a dominação de classes no contexto dos países desenvolvidos, o que Martín-Barbero (2008, p. 97), nos traz através da seguinte afirmação: "Quando a crítica da crise 'convoca' à crise da crítica, é o momento de redefinir o campo mesmo do debate". Precisamos valorizar e sustentar uma nova teoria epistemológica que revele as nossas potencialidades histórico-culturais e seja fruto e instrumento de uma luta para revertermos este intenso processo opressor imposto. É extremamente legítimo que busquemos elementos próprios para explicar quem somos e não nos comportarmos como meros expectadores dentro de nossa própria história. As Ciências Sociais, a Comunicação e as relações públicas latino-americanas devem estar alinhadas e preparadas para contribuir para o protagonismo e emancipação social dos grupos populares, com respeito à "questão da pluralidade das matrizes culturais, a alteridade cultural", como bem aponta Martín-Barbero (2008, p.49), em sua crítica ao marxismo.

Acreditamos que a pedagogia freireana, baseada no diálogo e na crítica emancipatória, aliada à sociologia das emergências, possa construir um novo modelo paradigmático sólido e eficiente, tanto para apontar caminhos que levem os grupos sociais à autonomia, bem como mostrar direções para reverter a exclusão e construir novos modelos de desenvolvimento com justiça social.

Um Novo Paradigma Para Relações Públicas Comunitárias No Brasil

Em nosso país, já temos iniciada a discussão sobre a necessidade de se construir um novo paradigma para a Comunicação e relações públicas, como nos mostra Regina Escudero César (2007, p. 80):

[...] a fonte de inspiração metodológica da teoria das relações públicas encontra-se no funcionalismo e no positivismo. [...] É justamente sob este enfoque metodológico (funcional-estruturalista) que as relações públicas foram criadas, ou seja, dentro de uma perspectiva de legitimação do poder. Entretanto, vê-se que apesar de dominante, especialmente na esfera empresarial, esse compromisso metodológico já começa a ser rompido por um grupo qualitativo de profissionais. A principal autora que se deteve inicialmente na discussão em torno desse novo paradigma teórico foi Cícilia Maria Krohling Peruzzo (1982). Podemos ainda destacar as contribuições importantes de Henriques (2004), Almeida e Paula (1997), Freitas e Lucas (2002), além de outros estudiosos e profissionais que aos poucos deixam de lado a visão dominante para propor uma reflexão mais crítica da realidade, entre os quais nos incluímos (César, 1991, 1999).

O trecho abaixo mostra a preocupação pioneira da Peruzzo (1986), quando ela aponta que:

Nas relações públicas servindo os interesses populares é importante que as pensemos não como uma atividade isolada, mas junto com outras atividades e dentro do processo de desenvolvimento da luta das camadas dominadas. As atividades vão depender do estágio em que se encontra o movimento popular em nível de consciência de classe. Os interesses da classe dominada são, em última instância, a desalienação, a superação da dominação e a formação de uma sociedade sem domínio do capital. Mas, tal interesse não se coloca claramente de uma só vez. A transformação social é um processo e as relações públicas populares têm que estar dentro do processo.

Cumprir à classe dominada se apropriar, cada vez mais, de técnicas de relações públicas e fundamentá-las com a sua concepção de mundo que é revolucionária. Na utilização das relações públicas como ato pedagógico, transformá-las em um novo ato político. (PERUZZO, 1986, p. 129).

Esta nova configuração de paradigma nos traz relações públicas não mais apaziguadoras, mas conflitivas. Pensa-se no fim do modelo de “panos quentes”, fugindo da função de gerador consensos, para alimentadores de dissensos, enxergando o conflito como sintoma de um processo maior. Assim, as relações públicas comunitárias não devem apenas amenizar os sintomas conflitivos, mas tratar a fundo e buscar as verdadeiras razões de seu aparecimento, estimulando a controvérsia, estimulando o senso crítico sobre as situações opressoras, conforme nos aponta Murade (2007, p. 159-161). Acreditamos que o conflito seja o elemento chave de busca para o diálogo nos movimentos populares. Ainda precisamos delinear melhor teoricamente como valorizar as formas de diálogo e resolução de conflitos já instituídos pelos movimentos e como



abrir novos caminhos quando estes estão bloqueados, estudando estratégias de diálogos mediados, pela justiça, por exemplo.

O grande desafio das relações públicas a serviço dos movimentos sociais é conseguir revelar, interpretar vários processos e fazer com que eles dialoguem entre si. Defendemos que o papel das relações públicas é encontrar e interpretar as várias formas de diálogo dentro das expressões sócio-cultural e política. Para tal, se faz de grande importância a sistematização das experiências e conhecimento profundo de como nascem e se estruturam os processos dentro das organizações sociais. Isto nos desafia a um mergulho profundo não somente dentro da comunicação, mas também em questões históricas e antropológicas, para poder identificar e estudar as manifestações dialógicas, para facilitar a "ação-reflexão-ação" proposta na pedagogia freireana (FREIRE, 1987). Deste modo, colocamos as relações públicas como intérpretes do contexto onde está inserido o sujeito-ator, de modo que este possa compreender o mundo-objeto e ser compreendido por ele.

[...] as relações públicas sob a ótica da classe dominada são um processo político-pedagógico não neutro, mas de opção pela libertação, pela superação da alienação, pela libertação de oprimidos. É todo um processo de conscientização de toda trama social criada pela dinâmica histórica. É toda uma articulação dos dominados e mesmo com alianças feitas com os que estão dispostos à superação de uma sociedade desigual e antagônica. E é também uma ação que visa à transformação dessa trama social, que visa à transformação de todas as relações de produção envolvendo as dimensões jurídico-políticas, todo aspecto cultural que obsta à libertação do homem. [...] Então, relações públicas não são uma simples técnica ou um conjunto de técnicas, mas todo um processo científico em que se busca conhecer, articular e transformar o homem, a sociedade e o mundo para construir o mundo, a sociedade e o homem. (PERUZZO, 1986, p. 131-132).

As relações públicas também devem assumir o papel de animadoras dos processos inerentes à realidade de um movimento popular, pois estes são os que lançam os atores em direção aos conhecimentos e a outros sujeitos, assim, os processos são a porta de comunicação entre estes atores sociais e o mundo que lhes rodeia. Elas, as relações públicas, devem buscar incessantemente novos elementos que facilitem a interação entre os sujeitos, o mundo e os conhecimentos. Cabe a elas a função de mediar as relações de sujeitos entre sujeitos, sujeitos entre conhecimentos, conhecimento entre conhecimento e toda a infinidade de combinações possíveis entre estes três elementos básicos da autonomia e emancipação social.

Dentro do processo de construção da autonomia e emancipação da ASSIS, pudemos, então, perceber que as relações públicas são presentes e fundamentais na



construção dos sujeitos, na construção da identidade coletiva e na construção do processo de emancipação política. A construção dos sujeitos precisa aqui ser entendida como a formação do indivíduo, para que este se torne sujeito transformador. Já a construção da identidade coletiva, precisamos entendê-la como a formação do sujeito coletivo, que é o resultado da união de forças de vários homens e mulheres na busca de seus direitos comuns. Por sua vez, emancipação política deve ser entendida como algo que vai além da autonomia política. Esta última é a libertação moral/intelectual efetivada pelos sujeitos, particulares ou coletivos. Já emancipação tem um significado que vai além. É conseguir a liberdade de fato e por completo.

A Construção Dos Sujeitos

O processo de construção de sujeitos revela-se envolvido diretamente com as relações públicas. A educação libertadora é um instrumento para que o indivíduo em formação possa tornar-se um sujeito de relações, como aponta Freire (1987). Quando ele adquire elementos, pelo processo de comunicação dialógica, para efetivar a interação com o contexto à sua volta, nada mais faz do que se preparar para sua transformação em um ser comunicador, pois somente na comunicação tem sentido a vida humana.

Diferentemente do processo de comunicação proposto pelas relações públicas promotoras do processo hegemônico, as relações públicas nos movimentos populares, ao oferecer elementos para que o indivíduo busque saída de seu estado de opressão, o posicionam de frente para seus conflitos, revelando-os (KUNSCH, 2007, p. 162).

A construção dos sujeitos na ASSIS os despertou para que pudessem visualizar os conflitos com seus antagonistas mais diretos, que são as empresas fumageiras e as grandes fazendas de plantação de soja e madeira comercial, ao passo que estas impedem ou restringem diretamente a manutenção do modo de vida tradicional camponês, seja pelo uso abusivo dos recursos naturais, seja pela pressão sobre os territórios dos camponeses, ou até mesmo pela pressão social exercida através da discriminação do seu modo de vida. Neste processo, as relações públicas mediaram, primeiramente, o contato dos até então indivíduos, com os conhecimentos e metodologias necessárias para livrá-los desta condição de opressão e também estiveram presentes na mediação entre educadores e educandos, na relação entre assessoria e agricultores. Colaboraram também nas avaliações, para que se pudesse medir a eficácia da metodologia e na



construção de estratégias e ferramentas para que estas pudessem ser potencializadas. Se hoje temos na ASSIS um quadro de sujeitos que conseguem organizar a luta por sua libertação e mobilizar cada vez mais sujeitos/públicos para sua causa, podemos perceber que a associação teve sucesso em seus processos de relações públicas relacionados à humanização dos indivíduos, na escolha de métodos e instrumentos que pudessem criar canais eficazes de diálogo, promovendo uma forte interação entre os sujeitos, toda gama de conhecimento à sua volta e utilização deste conhecimento para enfrentamento dos conflitos, que resulta na construção de seus próprios caminhos, seguindo suas próprias direções, a sua própria autonomia política.

Relações Públicas e Diálogo Intercultural, a Construção Da Identidade Coletiva

Dentro do processo de construção de autonomia política da ASSIS, o elemento cultura se faz de grande importância, pois é essencial para construção do sujeito político coletivo. O modelo hegemônico coloca os indivíduos contra sua própria cultura e faz romper o vínculo entre ambos, de modo que este rompimento vai gerar o enfraquecimento e desintegração mútua. Isto é o que Paulo Freire, ao caracterizar a "Teoria da Ação Antidialógica", chama de "invasão cultural", que "conduz à inautenticidade do indivíduo" (FREIRE, 1987, p. 149-165).

Rearticular os indivíduos com sua cultura é o processo base para que possamos resgatar a identidade coletiva dos camponeses, tão necessária para o fortalecimento político da coletividade. Este trabalho somente é possível quando podemos ter noção da amplitude do termo identidade coletiva, que traz implicações que vão desde a cultura religiosa até a cultura organizativa, e deve ser compreendida como o conjunto de elementos que une um agrupamento social, fazendo com que vários sujeitos sejam identificados, de própria vontade, através de um sujeito coletivo.

As relações públicas como mediadoras deste diálogo homem-cultura, devem estabelecer estratégias para estudo da real interação entre ambos e sempre buscar ferramentas que possam trazer mais eficácia para tal processo. Elas devem estar atentas para que esta reintegração, elemento fundamental para formação do protagonista social, aconteça de maneira sólida e contínua.

O sujeito, ao assumir sua cultura própria, deve, por sua vez, também mediado pelas relações públicas, procurar interação com outras culturas, por meio de uma ação não canibalesca como a que acontece com a cultura hegemônica, mas uma interação



construtiva, buscando englobar mais elementos a seu processo de libertação. Para tal, pode utilizar-se de alguns instrumentos de comunicação, como cartilhas e vídeos, que, elaborados por meio de um processo democrático e discutido, onde a técnica não chega a ser o elemento principal, podem dialogar interculturalmente. Às relações públicas cabe captar a essência de como o grupo deseja ser visto (ação política) e adequar esta essência ao melhor instrumento (ação técnica).

A construção da identidade coletiva da ASSIS mostra-se um processo complexo, dinâmico e contraditório. Encontrar o ponto comum entre tantos grupos de famílias exigiu bastante esforço por parte das lideranças. O primeiro ponto de embate foi a tentativa frustrada de busca de um elemento aglutinador. A busca em elementos econômicos, sociais e culturais, por si só, sendo considerados separadamente, não foi suficiente para que se encontrasse este ponto base para a construção identitária coletiva. Pela metodologia freireana, as lideranças da associação buscavam naquilo um "tema gerador", que é o ponto de partida para a reflexão crítica, dado através de uma situação concreta enfrentada no dia-a-dia das pessoas (FREIRE, p. 98-99).

Na busca por contradições, que também é pressuposto básico para se encontrar o "tema gerador", as lideranças, através de diálogo com organizações de assessoria e pesquisadores, foram apresentadas à "cartografia social", que é uma ferramenta utilizada pelas comunidades, para que montem por si só o seu mapeamento, podendo nele ser apontados vários elementos, como localização de conflitos, e melhor visualizar sua situação real. Assim, através das cartografias feitas nas comunidades onde havia famílias associadas, revelaram-se contradições como o fato de se resgatar a cultura camponesa nas famílias associadas, além de poderem perceber como os conflitos ambientais estavam desagregando as comunidades. Deste modo, o sujeito coletivo ASSIS pôde visualizar um conflito comum, fortalecendo sua coesão interna.

A decisão de enfrentamento do conflito, uma pequena parte do processo de construção da autonomia política, é um marco dentro das ações da ASSIS, na medida em que a lança para relações mais diretas com seus opressores, o embate político.

Também a partir deste processo, foram produzidos alguns materiais, que acabaram por se tornar referência na construção de agroecologia na região, disseminando a cultura própria resgatada e construída na ASSIS. Isto culminou no aumento do leque de pessoas e organizações conhecendo a experiência, proporcionando inúmeros canais de diálogo.



Relações Públicas e Emancipação Social

É através do sujeito coletivo ASSIS que os sujeitos transformadores vão fazer ecoar sua voz, para que sejam atendidos seus anseios. Por esta razão, devemos entender a associação como a forma assumida pelos sujeitos, enquanto homens e mulheres em plena relação crítica com a realidade, para unirem forças e objetivar seus enfrentamentos comuns. Neste processo de inter-relação e relação externa enquanto sujeito coletivo cabe às relações públicas estabelecer as formas de diálogo para superação dos conflitos em questão.

Nesse processo de enfrentamento para a construção da cidadania, as relações públicas devem incentivar a inquietação dos protagonistas sociais, o desejo de transformar a realidade, de construir outra diferente da instituída pelo poder hegemônico, enfim, de alcançar a consciência e a ação críticas. [...] Nesse sentido, as relações públicas poderão estimular a controvérsia atrelada à causa comunitária, não de forma irresponsável, mas com vistas ao alcance do sonho e da esperança coletivos, à edificação de uma sociedade mais justa, cidadã e solidária e à promoção de sujeitos de discurso. Isto não pode ser conquistado pela persuasão, mas pelo diálogo entre grupos sociais. (KUNSCH, 2007, p. 162).

As relações públicas devem buscar permanentemente elementos que mantenham estes canais de diálogo abertos e também alimentar o sujeito coletivo para que este possa fazer-se ouvido. Também, principalmente quando não obtiver sucesso na busca por diálogo direto, deverá procurar as melhores formas intermediadas para este diálogo. Um exemplo disto é a busca de instrumentos jurídico-legais para fomentar o diálogo. É fundamental que as relações públicas tenham a percepção de que o embate jurídico é, e tem sido na maioria das vezes, a única forma de estabelecer o entendimento comum entre os grupos sociais oprimidos e seus antagonistas.

O fenômeno da emancipação política se efetiva quando o sujeito coletivo tem suas demandas ouvidas e, para alcançar este objetivo, tem que se desfazer do aparato histórico de opressão. Na verdade, a emancipação é o estágio final do processo de construção dos sujeitos. É a libertação sua e dos outros, como prega Paulo Freire. É, na verdade, uma luta desenhada para ser histórica, pois a opressão também a é, e assim não poderia deixar de ser. Quando apontamos o papel das relações públicas na construção da emancipação política da ASSIS, estamos tratando de um processo infinitamente maior, que é a libertação de todos os que vivem oprimidos. Nestes primeiros passos, cabe às relações públicas: organizar o mosaico que é a realidade, conseguir apontar os outros sujeitos que também surgem e propor uma nova identidade coletiva, mais ampla, com



outros sujeitos coletivos, para a construção de uma coletividade que englobe o total de oprimidos.

Nesse processo de construção da cidadania, na conquista dos direitos, os integrantes da sociedade desenvolvem laços de solidariedade, tornando comuns sonhos e esperanças, empreendendo um projeto coletivo de edificação da vida. A comunicação adquire sentido político, possibilitando a tomada de consciência, a expressão da insatisfação e a superação das relações de exclusão, assumindo um compromisso com a transformação da realidade dominante, imprimindo um novo rumo à vida cotidiana. (KUNSCH, 2007, p. 163).

A ASSIS tem buscado algumas estratégias interessantes na busca de sua emancipação social. Ela tem fomentado o movimento social de agroecologia na região, procurando revelar e agregar as experiências de resistência que acontecem nesta, para que o embate político aconteça de forma coletiva. Também tem sido de extrema importância a participação em espaços de discussão pública, para que sua voz seja ouvida na construção de políticas do governo. Uma experiência nova, e por isto não pôde ser bastante discutida, é a organização para proposição de instrumentos legais que proporcionem instrumentos de defesa para sua luta. Aos poucos, a ASSIS tem procurado métodos e ferramentas para que os aparatos do Estado sejam usados a favor da coletividade.

No final de 2008, a associação obteve ganhos políticos nos municípios onde atua. Durante o período de campanha eleitoral promoveu debates entre os candidatos e agricultores, para que pudessem discutir as políticas que os candidatos tinham planejado para o público camponês. Isto colocou a ASSIS fora de um estado de passividade e ela passou a ser considerada mais um elemento de força política municipal e regional. Também tem procurado aproximação com o poder legislativo, para que sejam propostos instrumentos que defendam e valorizem o modo de vida camponês. No campo jurídico está planejado para o ajuizamento de ações contra grandes complexos agropecuários que estão em posição conflituosa com os grupos de famílias associados.

As relações públicas, enquanto processo, mas sem atuação de um profissional específico para a atividade, têm colaborado no mapeamento dos espaços estratégicos de participação, bem como na articulação dos sujeitos para que seja construído este grande sujeito coletivo regional. Seu papel de mediador tem sido crucial na avaliação dos processos de diálogo estabelecidos com os públicos de interesse e também na busca de elementos para potencializar estes diálogos, permitindo ao sujeito coletivo ASSIS posicionar-se criticamente diante da realidade.

Considerações Finais

O estudo sobre o papel das relações públicas na construção da emancipação política da ASSIS nos propõe novos olhares sobre as relações públicas comunitárias. Vai se construindo um novo modelo, uma nova ótica destas a serviço dos movimentos populares. Assim como Peruzzo (1986) já havia apontado, elas devem não somente servir como um instrumento deslocado, mas como uma excelente ferramenta dentro do processo de emancipação social dos grupos populares. Na medida em que a proposta de libertação é proposta pelo diálogo, as relações públicas devem estudar esta interação e, através de estudos e provocações, proporcionar que este diálogo esteja construindo novos sujeitos transformadores do mundo.

Acreditamos que o diálogo freireano responde ao questionamento paradigmático proposto por esta leva de estudiosos das relações públicas comunitárias. Contudo, defendemos a associação da dialética freireana à Sociologia das Emergências de Boaventura Souza Santos (2007), para mostrar que o limite paradigmático já é chegado há muito tempo nos grupos sociais e estes, mesmo sem perceber, já estão lutando contra o sistema opressor e construindo um novo modelo científico que seja mais adequado à sua realidade. Precisamos evidenciar este confronto silencioso para consolidar este novo paradigma na América Latina e evidenciar que a comunicação não é apenas aquela discutida academicamente. As sociedades desenvolvem seus próprios sistemas de comunicação e as relações públicas comunitárias têm o papel fundamental de estudar estes sistemas e propor estratégias para que eles sejam valorizados e validados. Elas devem contribuir para que não tenhamos mais desperdiçadas tantas experiências e também colaborar para que este diálogo academia-sociedade aconteça de forma construtiva para ambos.

Revelar o papel que as relações públicas têm na construção da autonomia política e emancipação da ASSIS traz à tona uma série de elementos que reforçam a necessidade de se investir na dialética como elemento de união do sistema mundo-homem. Vemos o surgimento de novos atores e estes compreendendo as estratégias que podem conduzi-los tanto à massificação quanto à subjetividade. A natureza política de seu papel vai sendo construída aos poucos, em uma base sólida, através de um processo monitorado continuamente.

Se de um lado não fica claro quem exerce a atividade das relações públicas dentro da associação, devemos compreender este fenômeno de duas formas. A primeira



está diretamente relacionada ao fato de que as relações públicas não foram apresentadas aos associados e, como já foi dito anteriormente, puderam ser percebidas apenas pelo pesquisador. O segundo pensamento que auxilia na compreensão desta questão refere-se ao fato de as relações públicas terem sido tratadas mais como uma questão de processo, do que uma atividade em si. Desta forma, todos os atores sociais envolvidos com os processos apontados podem ser considerados responsáveis pelo exercício das relações públicas dentro da associação. Entretanto, está prevista uma segunda parte para esta pesquisa, onde serão apresentadas as relações públicas à Associação e como estas podem ajudar a superar os vários limites encontrados até então por este trabalho.

Podemos concluir que as experiências de sucesso destes agricultores não pretendem ser tomadas como um exemplo absoluto. Mesmo os limites devem ser desafios de reflexão para que possam superá-los da melhor maneira. O ponto mais importante desta pesquisa é poder traduzir as experiências da associação e fazê-las dialogar com as mais variadas formas de conhecimento. Assim, revelá-las ganha um sentido maior, que é transformar este trabalho num instrumento que estabeleça a relação entre cada agricultor da ASSIS com cada um de nós.

Referências Bibliográficas

CESAR, Regina Escudero. Movimentos sociais, comunidade e cidadania. In: KUNSCH, Margarida M. K.; KUNSCH, Waldemar L. K. (Organizadores). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007, p. 78-91.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (Organizadores). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução: Rosisca Darcy de Oliveira. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KUNSCH, Margarida M. K. Dimensões e perspectivas das relações públicas comunitárias. In: _____.; KUNSCH, Waldemar L. K. (Organizadores). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007, p. 165-180.



_____. Planejamento e gestão estratégica das relações públicas comunitárias. In: _____.; KUNSCH, Waldemar L. K. (Organizadores). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007, p. 293-309.

_____. **Relações públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional**. 3.ed. São Paulo: Summus, 1997.

_____. Sociedade civil, multicitadania e comunicação social. In: _____.; KUNSCH, Waldemar L. K. (Organizadores). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007, p. 59-77.

KUNSCH, Waldemar L. K. Resgate histórico das relações públicas comunitárias no Brasil. In: KUNSCH, Margarida M. K.; _____. (Organizadores). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007, p. 107-123.

MATÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MURADE, José F. G. Relações públicas na construção da cidadania dos grupos populares. In: KUNSCH, Margarida M. K.; KUNSCH, Waldemar L. K. (Organizadores). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007, p. 150-164.

PERUZZO, Cicilia M. K. Cidadania, comunicação e desenvolvimento social. In: KUNSCH, Margarida M. K.; KUNSCH, Waldemar L. K. (Organizadores). **Relações públicas comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007, p. 45-58.

_____. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Relações públicas no modo de produção capitalista**. 2.ed. São Paulo: Summus, 1986.

RUDIGER, Francisco. A escola de Frankfurt. In: HOHLFELDT, A; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V.V. (Organizadores). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SANTOS, Boaventura S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução: Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.